

OFÍCIO nº 15 /MF

Brasília, 12 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador PAULO PAIM  
Presidente da CPI da Previdência

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhor Presidente,

Refiro-me ao Ofício nº 09/2017-CPIPREV, de 02.05.2017, dessa CPI da Previdência, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento nº 36/2017-CPIPREV, que requer a “memória de cálculo e valores totais, por exercício financeiro, do impacto da legislação que confere tratamento diferenciado a microempresa e empresa de pequeno porte, em particular da Lei Complementar 123 (Simples Nacional) sobre as receitas de contribuições previdenciárias, desde a vigência da Medida Provisória nº 1.526, de 5 de novembro de 1996 até o ano de 2017, e medidas compensatórias”.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação dessa Comissão, cópias do Memorando nº 255/2017-RFB/Gabinete, de 08 de maio de 2017, e do Memorando nº 55/2017/SPREV, de 11 de maio de 2017, elaborados, respectivamente, pela Receita Federal do Brasil e pela Secretaria de Previdência.

Atenciosamente,

  
**HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES**  
Ministro de Estado da Fazenda

Recebido na COGETI em 12/05/17

  
**Felipe Costa Geraldes**  
Mat 229869

L:\Asses\sol\ris11-11/05/17







**Ministério da  
Fazenda**



**Receita Federal**

Memorando nº 255/2017 – RFB/Gabinete

Brasília, 08 de maio de 2017.

Ao Senhor Assessor Especial de Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda

Assunto: Análise do Requerimento nº 36, de 26/04/2017, que solicita o levantamento de informações de renúncias tributárias.

Encaminho anexa, para apreciação e demais providências, a Nota Cosit nº 75, de 5 de maio de 2017, elaborada pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros desta Secretaria da Receita Federal do Brasil, que analisou o Requerimento em epígrafe.

Atenciosamente,

*Assinado digitalmente*

**JORGE ANTONIO DEHER RACHID**  
Secretário da Receita Federal do Brasil

Gabinete do Secretário da Receita Federal do Brasil  
Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede do Ministério da Fazenda, Bl. P, 7º andar, CEP 70048-900 – Brasília-DF  
[www.rfb.gov.br](http://www.rfb.gov.br)

Documento de 1 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP09.0517.10123.D1P0. Consulte a página de autenticação no final deste documento.







MINISTÉRIO DA FAZENDA



Receita Federal

**Nota Cetad/Copan nº 075, de 05 de maio de 2017.**

**Interessado:** Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a contabilidade da Previdência Social – CPIPREV.

**Assunto:** Levantamento de informações de renúncias tributárias.

*e-dossiê nº 10030.000091/0517-42*

Trata-se do Requerimento nº 36, de 26/04/2017 que, nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita o encaminhamento de memória de cálculo e valores totais, por exercício financeiro, do impacto da legislação que confere tratamento diferenciado a microempresa e empresa de pequeno porte, em particular da Lei Complementar nº 123/2006 sobre as receitas de contribuições previdenciárias, desde a vigência da MP nº 1.526, de 5 de novembro de 1996 até o ano de 2017, e medidas compensatórias.

2. Em atendimento, seguem em anexo a metodologia de cálculo e a planilha com os valores, por tributo, das estimativas de renúncia fiscal para o período de 2006 à 2017, com base em dados efetivos mais recentes.

3. Cumpre informar que, em que pese a RFB publicar anualmente o Demonstrativo de Gastos Tributários (Bases Efetivas), em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União referente ao Relatório sobre as Contas do Governo da República - exercício de 2000, Ata nº 25 de 21.06.2001, o Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros não dispõe de dados de renúncia efetiva na forma da série histórica em anexo em razão de mudanças metodológicas e conceituais afetas ao tema.

4. Além disso, em razão da ausência de dados nos sistemas informatizados necessários para o cálculo dos benefícios fiscais da série, bem como da competência da antiga Secretaria de Previdência Social para os períodos anteriores a 2007 no tocante a Contribuição Previdenciária, não há informações para o período anterior a 2006.





*Assinado digitalmente*  
**ARTUR MONTEIRO PRADO FERNANDES**  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se ao Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros – Cetad.

*Assinado digitalmente*  
**RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO**  
Coordenador de Previsão e Análise

Aprovo esta Nota. Encaminhe-se à Assessoria de Acompanhamento Legislativo – Asleg.

*Assinado digitalmente*  
**CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS**  
Chefe do Cetad





**Receita Federal**

Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros

## METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS

A Receita Federal utiliza o método de “**perda de arrecadação**” para mensuração dos gastos tributários. Esse método simula uma tributação normal sobre o volume das operações desoneradas que efetivamente ocorreram, ou esperadas para o futuro, mantendo os demais fatores constantes. Por definição, não leva em consideração as alterações de comportamento dos contribuintes.

As estimativas para os gastos tributários são baseadas em bases efetivas mais recentes e foram obtidas por meio de uma das seguintes formas de cálculo:

**A) Obtenção direta:** o valor do gasto tributário é obtido diretamente de campos das declarações dos contribuintes. Em tais casos, devido à natureza do gasto tributário (créditos presumidos, deduções do imposto devido) e à especificidade da fonte de informação, não é necessário realizar cálculos para obter o montante de renúncia.

**B) Estimativas com base em dados agregados:** consiste em simular a apuração normal do tributo, aplicado ao caso específico desonerado, a partir de informações sobre a base de cálculo ou outras que possam indicar seu volume. Esses dados são obtidos de forma agregada, nas declarações e nas escriturações apresentadas pelos contribuintes ou por meio de fontes externas, constantes de estatísticas oficiais produzidas por instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Banco Central, etc.

**C) Microssimulações:** consiste em refazer a apuração do tributo, contribuinte a contribuinte, simulando uma tributação normal, de acordo com os parâmetros gerais (base de cálculo, alíquota e outros), retirando o efeito dos gastos tributários e chegando a um tributo devido simulado. O gasto tributário é calculado pela diferença entre o tributo devido simulado e o tributo devido efetivamente apurado pelo contribuinte.





## FORMA DE APURAÇÃO DO GASTO TRIBUTÁRIO

A metodologia empregada pela Receita Federal visa obter a perda de arrecadação potencial e a forma de apuração dos gastos tributários varia conforme a disponibilidade e a especificidade da informação.

Ressalta-se que a especificação da memória de cálculo por gasto tributário sofre limitações legais em virtude da vedação prevista no art. 198, *caput*, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional – CTN) que impõe, à Receita Federal, o dever do respeito ao sigilo fiscal.

- **Contribuição para a Previdência Social**

Forma de apuração: Identificação do montante recolhido pelos contribuintes beneficiados por meio dos sistemas informatizados da RFB e comparação com a arrecadação que seria devida, com base nas informações disponíveis nas declarações dos contribuintes. A diferença corresponde à perda de arrecadação.

No caso do Simples Nacional, a partir da massa salarial identificada na GFIP, é apurada a contribuição que seria devida caso a empresa não estivesse no regime. O valor da renúncia é a diferença da contribuição que seria devida com o valor arrecadado de fato.





**Receita Federal**

Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros

**VALORES DE RENÚNCIA FISCAL DECORRENTE DO SIMPLES  
NACIONAL E RELATIVOS À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE  
QUE TRATA O ARTIGO 22 DA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.  
(SÉRIE 2006 A 2017).**

UNIDADE: R\$ 1,00

Ano		Simple Nacional
ESTIMATIVAS - BASES EFETIVAS	2006	6.143.210.026
	2007	6.880.293.235
	2008	7.965.304.867
	2009	8.723.339.271
	2010	8.809.477.478
	2011	9.737.357.987
	2012	14.441.200.759
	2013	18.266.527.414
	2014	19.535.008.504
PROJEÇÃO	2015	22.494.619.979
	2016	23.282.239.356
	2017	24.180.621.874







**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado por ARTUR MONTEIRO PRADO FERNANDES em 11/05/2017 15:54:00.

Documento autenticado digitalmente por ARTUR MONTEIRO PRADO FERNANDES em 11/05/2017.

Documento assinado digitalmente por: CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 11/05/2017, RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO em 11/05/2017 e ARTUR MONTEIRO PRADO FERNANDES em 11/05/2017.

Esta cópia / impressão foi realizada por THAIS CORSETE ROCHA em 12/05/2017.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

- 1) Acesse o endereço:  
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Outros".
- 3) Selecione a opção "eAssinaRFB - Validação e Assinatura de Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

**EP12.0517.10389.XP0E**

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria de Previdência**

**Memorando nº 055/2017/SPREV**

Em, 11 de maio de 2017.

À Assessoria para Assuntos Parlamentares do Gabinete do Ministro da Fazenda

Ref. **Memorando n.º 10338/AAP/GM/MF.**

Assunto: **Requerimento 036/2017.**

Em atenção ao solicitado, informamos que esta Secretaria não possui os dados referentes à memória de cálculo e valores totais, por exercício financeiro, do impacto da legislação que confere tratamento diferenciado a microempresa e empresa de pequeno porte, em particular da Lei Complementar 123 sobre receitas de contribuições previdenciárias, de 1996 a 2017, e medidas compensatórias.

2. Esclarecemos ainda que tais informações não estavam disponíveis no extinto Ministério da Previdência Social, conforme segue:

a) O Decreto nº 99.350/90 criou o Instituto Nacional do Seguro Social e atribuiu à Autarquia a competência para promover a arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições sociais e demais receitas destinadas à Previdência Social. Essa situação manteve-se inalterada até a publicação da Medida Provisória n.º 222, de 04/10/2004, convertida na Lei n.º 11.098, de 13/01/2005. Tal legislação atribuiu ao Ministério da Previdência Social competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias, autorizando a criação da Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito do referido Ministério.

b) A Lei 11.457, de 16 de março de 2007, extinguiu a Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social.

3. Portanto, informamos que esta Secretaria de Previdência não tem elementos para contribuir no atendimento ao Requerimento CPIPEV 036/2017.

Atenciosamente,

**MARCELO ABI-RAMIA CAETANO**  
Secretário de Previdência

